

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 1



REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO
NITERÓI

ANO 1 - JAN/JUN DE 2005
ISSN 1980-9018

NITERÓI: A Construção de uma Imagem de “Cidade da Qualidade de Vida”¹

Niterói: The Construction of a Image of a Quality of Life City

Apresentação

O ordenamento territorial urbano é, sobretudo, um instrumento de afirmação e realização do poder tendo como foco a cidade. No presente trabalho<1>, discutiremos as mediações do poder público em uma parcela do espaço urbano constituída pela cidade de Niterói, principalmente no que tange ao trabalho de representação desta, expresso na produção de um discurso e na fixação de uma imagem de “cidade da qualidade de vida”.

Partimos do entendimento da cidade enquanto uma porção privilegiada do espaço, o lugar onde as classes sociais vivem e se reproduzem, prenhe de símbolos, valores e mitos, ou seja, o locus onde ocorrem as trocas simbólicas, sendo a um só tempo reflexo e condicionante da sociedade de classes que nas suas mediações significam e ressignificam o espaço (Corrêa, 1989). Dessa forma, destacamos o papel fundamental dos gestores públicos municipais na organização do espaço urbano, observando como essas intervenções em Niterói estão em consonância com os interesses do capital e analisando as implicações do modelo adotado para a classe trabalhadora na cidade.

O Poder e seu Discurso sobre a Cidade

A compreensão do jogo do poder historicamente constituído em Niterói nos remete, primeiramente, a entender a cidade como possuidora de um discurso fundante, cujo sentido foi delineado, ao seu tempo, pelos fins que justificaram a sua própria existência enquanto cidade. Desse modo, entendemos as cidades enquanto possuidoras de “sentidos que lhes são inerentes desde a origem constituindo elementos que estão na base do seu discurso fundante e geram o desejo de cidade” (Oliveira, 1999, p.113).

O início do povoamento de Niterói (aldeamento de São Lourenço dos Índios) justificou-se em função da necessidade de proteção militar da ocupação portuguesa de São Sebastião do Rio de Janeiro (Carvalho, 2001, p. 24-27). O sentido que lhe fora atribuído de pronto foi, desse modo, o de servir como suporte de defesa militar para a cidade do Rio de Janeiro, vindo posteriormente a desempenhar outros papéis sempre relacionados a uma função complementar ao Rio de Janeiro.

Os esforços executados pelos dirigentes municipais e pelo empresariado de Niterói na construção de uma imagem de cidade devem ser entendidos à luz do desejo de reformulação desse discurso fundante, ou seja, na busca incessante de um novo sentido de cidade que possibilite a propagação do

O Autor

Marcos Cesar Araújo Carvalho

Doutorando em Geografia na UFF e Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)

Resumo

Este artigo analisa como os gestores municipais de Niterói implementam a sua política de ordenamento territorial. Esta se processa, centralmente, a partir da articulação de determinados discursos sobre a cidade que fundamentam as ações oficiais na produção do espaço urbano. Para tanto, procuramos identificar as condições objetivas que estão permitindo a cristalização de uma imagem-síntese de “cidade da qualidade de vida”, cuja afirmação encontra significado no desejo de reformulação do seu discurso fundante e na busca de um novo sentido para a cidade.

Palavras-Chave

Cidade – Ordenamento Territorial – Qualidade de Vida

Abstract

projeto político do grupo hegemônico local e, ao mesmo tempo, seja capaz de promover a inserção autônoma da cidade na economia global.

Esse novo sentido de cidade assenta-se na articulação de discursos que primam pela valorização de Niterói perante as demais cidades médias brasileiras e, sobretudo, à cidade do Rio de Janeiro. A impregnação do tema “qualidade de vida” como um dos eixos centrais desse discurso, bem como algumas intervenções do poder público em áreas centrais e estratégicas da cidade procurando conferir ao discurso uma base material necessária à sua propagação, possibilitaram a incorporação de um novo sentido de cidade perante o senso comum e a consolidação de uma imagem-síntese carregada de verdades e mitos. De acordo com Garcia & Ribeiro (1997, p.108):

“Estas imagens-síntese conformam valores e crenças, fornecendo elementos àqueles que, envolvidos com o marketing e a mídia, procuram articular a atividades econômicas e sociais, determinados elementos consensuais do discurso sobre a cidade. Reconhecemos na elaboração destas sínteses discursivas um campo de disputas ampliadas visando, ao mesmo tempo, a conquista do poder econômico e político”.

Construindo o discurso e a imagem da qualidade de vida

Em Niterói, as ações oficiais nos últimos anos consistiram na disciplinarização do espaço com base nos discursos da “qualidade de vida” e do “resgate da auto-estima do cidadão niteroiense” (2). Assim, mais do que verificar se Niterói possui qualidade de vida ou não, torna-se importante investigar o processo de construção dessas sínteses discursivas no âmbito da produção do território. Esta concepção de ordenamento territorial está permeada, sobretudo, pela simulação de uma imagem para a cidade baseada na reformulação do seu discurso fundante, ou seja, na busca de um novo sentido de cidade (Oliveira, 1999) que dê conta de sua inserção, realocação e acessibilidade aos fluxos econômicos que mediam, na nova dinâmica capitalista, a competição mundial inter-cidades. Tenta-se, dessa forma, implementar uma política de ordenamento territorial que pode servir tanto à perpetuação e propagação do projeto político dos grupos hegemônicos locais, quanto para uma organização funcional do espaço que atenda às demandas do capital.

Variados mecanismos mediam a concretização dessa política, dentre os quais ressaltamos: a cooptação de amplos e atuantes setores do movimento organizado; o apoio e a unidade, ao longo de mais de dez anos, da burguesia local ao projeto oficial; e, de modo combinado, todo um trabalho na mídia de re-apresentação da realidade municipal com base na seleção de índices estatísticos para a conformação do marketing da qualidade de vida, o que está permitindo a reformulação de seu discurso fundante e a construção de um imaginário coletivo de cidade a partir da incorporação, pelo senso comum, da imagem-síntese de “cidade da qualidade de vida”. A simples veiculação, através da mídia, de que num determinado ranking (3) de qualidade de vida Niterói apareceria à frente da capital do estado, foi o suficiente para somar alguns pontos à “auto-estima do cidadão niteroiense”.

É claro que, além do intenso trabalho de marketing realizado, algumas inovações urbanísticas foram executadas nas áreas centrais da cidade no intuito de guarnecer o discurso que estava sendo articulado, visto que o discurso político carece de elementos palpáveis que possam dar-lhe materialidade a ponto de ser reconhecido como legítimo. Do contrário, sua durabilidade torna-se breve e seu efeito praticamente nulo.

Pode-se perceber também em curso, associada ao trabalho de recriação da imagem, uma preocupante tentativa de conferir uma identidade

This article analyzes how the municipal managers of Niterói implement their territorial management politics. This is processed, centrally, from the articulation of certain discourses about the city which support the official actions in the production of the urban space. For so much, we tried to identify the objective conditions that allow the crystallization of an image-synthesis of "life quality of city", whose statement finds meaning in the desire of a new formulation of its foundation discourse and in the search for a new sense for the city.

Keywords

City - Territorial Management – Life Quality

intelectual-burguesa à cidade. Haja vista que algumas das táticas utilizadas para tornar a cidade atraente às camadas médias e altas da sociedade, constituem-se na disseminação de discursos que procuram realçar aspectos positivos guardados desde que Niterói era a capital do antigo estado do Rio de Janeiro, como, por exemplo, o de que a população niteroiense é uma das mais bem instruídas do país ou de que a cidade possui uma extraordinária infra-estrutura de serviços, além da promoção de eventos culturais claramente propagandísticos - objetivando a (re)ligação da cidade com o mundo, ex. “Encontro com Portugal”, “Semana da Itália”... - e da tentativa de mostrar que Niterói é uma “ilha de segurança” face ao caos metropolitano que a cerca.

Os discursos articulados desnudam a estratégia oficial de atração de migrantes de média e alta renda, sobretudo empresários; o que, com certeza, acarretará na expulsão das áreas preferenciais de ocupação da cidade da população mais pobre que, não conseguindo acompanhar a valorização que as inovações urbanísticas e a especulação imobiliária tendem a impor ao solo urbano, não vê outra alternativa senão mudar-se para bairros periféricos ou mesmo para outros municípios da Região Metropolitana.

Nesse ponto, transparece a convergência de interesses do Estado com setores da classe dominante, no caso, os promotores imobiliários e os proprietários fundiários, pois que o processo de valorização diferencial do solo urbano articulado pelo poder público municipal é de vital importância para a reprodução do capital especulativo, possibilitando-lhe uma ampliação na extração da renda da terra, conforme já nos sinalizou Corrêa (1989, p.26) ao analisar a dinâmica da produção do espaço urbano em outras cidades brasileiras. O grau de atratividade que algumas áreas da cidade desenvolvem em função de certas amenidades naturais (praias, lagoas, áreas verdes), somado à provisão pelo Estado de alguns serviços de infra-estrutura básica e associado a um perverso mecanismo de segregação sócio-espacial materializado na cobrança de impostos elevados nessas áreas (o IPTU, por exemplo), reorganizam o espaço tornando-o atrativo a empreendimentos imobiliários para uma população de rendimentos elevados, e por que não dizer, habitual e exigente consumidora de cultura.

O modelo de Curitiba: o City Marketing

Quando o prefeito Jorge Roberto Silveira (PDT – Partido Democrático Trabalhista) assumiu o poder em 1989, a economia municipal ressentia as conseqüências de um longo período de declínio econômico que já se estendia por mais de dez anos, fruto, de um lado, da recessão econômica brasileira e, de outro, dos reflexos da perda da condição de capital do antigo estado do Rio de Janeiro - e, como resultado disso, da transferência de toda uma estrutura administrativa e de serviços para a cidade do Rio de Janeiro.

As ações oficiais de ordenamento territorial implementadas em Niterói durante toda a década de 90 descansaram então sobre as vertentes conjunturais que já estavam expressas desde a década anterior: a crise econômica brasileira<4>, que atingira em cheio o quadro sócio-econômico municipal levando a um rebaixamento da “auto-estima” da população niteroiense e, sobressaindo-se em meio à situação depressiva generalizada, a intensa publicização no plano nacional do modelo de ordenamento territorial adotado em Curitiba, capital do estado do Paraná, cujo marketing calcava-se na exaltação dos aspectos positivos da cidade em contraposição aos habituais problemas urbanos das demais metrópoles brasileiras.

Durante a década de 80, Curitiba projetara-se positivamente no cenário nacional - e mesmo no exterior - como a “cidade modelo” para o Brasil.

Este modelo, baseado num intenso marketing de cidade, proporcionou a cristalização de uma imagem urbana construída para a conquista do consenso. Atuou-se assim para o fortalecimento do poder, garantindo a perpetuação e propagação do domínio político do grupo hegemônico local, ao mesmo tempo em que se consolidava um eficaz instrumento de segregação espacial urbana, preservando aos setores de mais alta renda, instalados nas áreas centrais da cidade, o acesso a uma infra-estrutura de serviços inexistente em qualquer outra cidade brasileira (Garcia & Ribeiro, 1997).

Em verdade, a construção desse consenso de “cidade ideal” e a cristalização das imagens-sínteses “capital de Primeiro Mundo”, “capital ecológica”, “capital da qualidade de vida” (Idem, p.110) a partir de um efetivo trabalho de marketing, mostrou-se essencial para assegurar à Curitiba uma posição privilegiada na competição inter-cidades quanto às vantagens locacionais para atração de investimentos - principalmente, daqueles relacionados às novas atividades econômicas ligadas ao setor dos serviços de mais alta tecnologia. Adotou-se assim uma lógica de ordenamento territorial voltada para o capital, onde a mercadoria exposta era a própria cidade, a “City Marketing” (Garcia, 1997).

Para Niterói, que amargara um longo período de declínio econômico e desorganização administrativa, parecia ser mais apropriado ao grupo gestor de plantão a adoção desse modelo de administração municipal. A reformulação do sentido da cidade e todos os discursos e táticas adotadas na construção de uma nova imagem, seguiram essa fórmula de pensar a cidade adequando-a às novas demandas do capitalismo mundial.

Mesmo tendo perdido a condição privilegiada de capital de estado, o fato de Niterói ter sido uma cidade-capital durante mais de um século permitiu-lhe preservar um quadro sócio-econômico e infra-estrutural superior ao das demais cidades do estado do Rio de Janeiro, possuindo indicadores que a colocam muito acima dos demais municípios da Região Metropolitana e que são, muitas vezes, superiores aos da cidade do Rio de Janeiro e de outras cidades importantes do país.

Assim, o ordenamento territorial urbano calcado nesses parâmetros vislumbra a conexão da cidade à economia global, de modo a torná-la atrativa como um todo. As políticas implementadas desde então não beneficiam a apenas um ou a outro setor economicamente dominante, mas ao conjunto dos interesses dos agentes hegemônicos produtores de espaço. Não há uma preocupação com a “qualidade de vida” dos extratos sociais economicamente inferiores, mas sim a intensa veiculação de uma imagem-síntese, híbrido de desejo e mito, transformando a própria cidade no produto a ser vendido.

Nesta perspectiva, tornou-se premente melhorar a aparência da cidade, desenvolver intervenções paisagísticas de modo a conformar uma nova imagem de cidade perante os seus moradores. Esta deveria ser a de uma cidade limpa, asséptica, moderna, culta e feliz. Um lugar agradável de se morar e que em nada ficasse devendo a pujança da cidade do Rio de Janeiro. Um lugar com o qual a população pudesse se identificar e ter orgulho em dizer ser moradora de Niterói. Desse modo haveria não só o reconhecimento pela população da sua cidade, mas também de quem teria sido o responsável por tais mudanças, o que permitiria ao grupo governante, com tamanha visibilidade e identificação, postular-se a permanecer no poder.

A cooptação do movimento organizado e a construção do consenso

Entre os fatores que tornaram possível a construção da imagem de “cidade da qualidade de vida” em Niterói a partir de meados da década de 90, temos que levar em consideração a estratégia da busca do consenso na cidade e o ambiente político que se descortinou a partir das gestões do

PDT nesse período<5>.

A posse de Jorge Roberto Silveira (1989) esteve, desde o início, cercada de grande expectativa pelo conjunto da população do município. Eleito sob a égide do “brizolismo” – fenômeno político de considerável expressão na vida política fluminense na década de 80, surtindo efeitos ainda na década seguinte – o primeiro governo de Jorge Roberto tencionava reverter a péssima imagem da cidade difundida no decorrer das gestões anteriores (Carvalho, 2001, p.66-67), de modo a saciar os desejos do empresariado e de uma grande parcela da população de rendimentos médios moradora no município. A sua eleição contou com o apoio de um amplo setor do movimento organizado, principalmente das associações de moradores, que identificavam neste político e em seu partido uma “aura” de esquerda capaz de canalizar as suas antigas reivindicações: saneamento básico, asfaltamento de ruas, transporte eficiente, saúde, educação...

De fato, o governo PDT esteve mais próximo do movimento organizado que o seu antecessor, mas essa proximidade cobrou o seu preço ao movimento: muitas das suas principais lideranças foram premiadas com cargos remunerados no aparelho de Estado, com isso o poder público se resguardava de parte das críticas quando não podia atender ou mesmo quando adotava alguma política não satisfatória ao conjunto da população de mais baixa renda. Em contrapartida, o governo municipal acenava com um leque de projetos de cunho social que, em geral, beneficiavam politicamente parte das antigas lideranças comunitárias já cooptadas aos quadros da prefeitura, ou mesmo as que se lançavam a cargos eletivos no legislativo municipal sob a “proteção política” do prefeito.

Mas a relativa ausência do movimento associativo de bairro não se explica apenas pela tática de cooptação política adotada pelos gestores municipais. A maior parte das entidades de trabalhadores no município - que tiveram papel de destaque nas lutas das décadas de 70 e 80 - foram então desmobilizadas na década de 90, não oferecendo resistência às políticas públicas municipais que foram implementadas. Diversos fatores contribuíram ou foram diretamente responsáveis por essa desmobilização, entre eles destacamos:

· 1º) A cidade ressentia os reflexos da crise econômica nacional – a década de 80 é reconhecida como a “década perdida” para muitos economistas e os anos 90 foram marcados pela introdução da reestruturação produtiva nos marcos do neoliberalismo, resultando num profundo desemprego e subemprego no município. Num contexto geral, o movimento sindical de diversas categorias encontrava-se em refluxo, sobretudo em função da própria dinâmica de declínio da atividade em questão e/ou pela precarização das relações trabalhistas, como é o caso dos metalúrgicos de Niterói e São Gonçalo, afetados diretamente pela crise do setor de construção naval. O Sindicato dos Metalúrgicos, historicamente atuante no município para além de suas questões internas, viu sua categoria ser reduzida a menos da metade, incluindo-se aí a demissão de inúmeros dirigentes sindicais;

· 2º) Projetos badalados da Prefeitura, como o “Vida Nova no Morro” e o “Programa Médico de Família”, embora para muitos constituam um considerável avanço na área social se comparados às gestões anteriores, não correspondem integralmente aos anseios da população mais pobre e são usados como uma espécie de “moeda de troca” pelo poder público, ou seja, são beneficiadas com os projetos aquelas comunidades que não se situam num campo de oposição sistemática ao prefeito e são “receptivas” à administração municipal;

· 3º) Tais projetos incluem repasse de dinheiro aos dirigentes das

associações para que estes executem o pagamento e a escolha dos profissionais que vão atuar nos programas, transferindo uma "aura" de poder e status que certamente atuam como um forte mecanismo de atração e cooptação política sobre as lideranças comunitárias, embora o que prevaleça, no final das contas, seja a determinação dos órgãos municipais responsáveis pelos projetos.

O papel do Estado capitalista – representado aqui pelos gestores municipais de Niterói – no seu trabalho de minimizar os conflitos de classe a partir de políticas compensatórias e táticas de cooptação política, demonstra como vem sendo moldado o ambiente político para a busca do consenso, ou seja, em que condições o discurso hegemônico dos gestores municipais é incorporado pelo senso comum, sendo defendido desde o empresariado até mesmo grande parcela dos movimentos populares organizados. Um bom exemplo da relativa conquista desse consenso foi o comportamento e a composição do legislativo municipal durante as últimas três gestões pedetistas: a Câmara de Vereadores praticamente funcionou como uma “caixa de ressonância” do executivo municipal, contando com no máximo um ou dois vereadores que se contrapunham às políticas oficiais.

Contudo, ainda mais lamentável que a relativa ausência dos movimentos sociais organizados na conjuntura política da década de 90 em Niterói, foram as posições tomadas pelo partido político que ainda hoje possui maior expressão junto à classe trabalhadora: o PT (Partido dos Trabalhadores). Colocando-se desde 1989 na oposição a Jorge Roberto Silveira, a partir do segundo mandato deste à frente da prefeitura (1997 - 2000), o PT assume uma postura aliancista em relação ao PDT (o que é, ao mesmo tempo, o reflexo e a experimentação de uma tática de alianças costuradas à escala nacional). Essa política de alianças materializou-se, inclusive, na indicação pelo PT do nome que comporia a chapa de situação (vencedora) nas eleições de 2000: Jorge Roberto Silveira (PDT) para prefeito e Godofredo Pinto (PT) para vice-prefeito. Tal aliança amplia as possibilidades de consolidação do discurso hegemônico de "cidade da qualidade de vida", pois constitui um elemento de retrocesso na consciência da classe trabalhadora quanto à percepção de que a "qualidade de vida" proposta não é para todos...

A arquitetura monumental e as intervenções urbanísticas na esteira do desejo de cidade: o exemplo do Museu de Arte Contemporânea

As intervenções implementadas pelo poder público municipal no espaço urbano são essenciais para a realização do seu desejo de cidade, que, conforme vimos anteriormente, calca-se na cristalização de uma imagem-síntese da cidade, como que referendando um discurso articulado, embora esta imagem seja, ao mesmo tempo, articulada pelo discurso.

Em Niterói, o discurso da qualidade de vida e a sua apropriação quase que consensual assenta-se não apenas na veiculação através da mídia dos índices elaborados por instituições de pesquisa, mas também numa política de ordenamento territorial que privilegia as formas urbanas, ou seja, em intervenções no espaço urbano que são processadas para representar uma aparência de progresso, de assepsia e disciplina urbana, de bem-estar social... e - como que reunindo todos estes desejos da classe dominante - de qualidade de vida. Como nos ensina Alvarez (1991, p.10): "(...) a forma guarda um saber, a forma discursiva mudamente, a forma difunde visualmente, ela significa". Os monumentos urbanos e todas as inovações paisagísticas arquitetadas pela administração municipal nos últimos anos - Terminal Rodoviário, Concha Acústica, ampliação e tratamento paisagístico da avenida Visconde do Rio Branco, Museu de Arte Contemporânea, restauração do Teatro Municipal João Caetano e do

Solar do Jambuí, construção de praças, etc. -, revelam o desejo por uma “cidade da qualidade de vida” vislumbrada não só pelos seus governantes, mas também por grande parte da população do município, principalmente no que tange à parcela mais abastada da sociedade niteroiense. Vale ressaltar que todas essas intervenções se deram nas áreas centrais da cidade, em especial nos bairros do Centro, São Domingos, Boa Viagem e Icaraí, ou seja, os bairros que concentram a população de maior rendimento ou que são “a porta de entrada” para quem chega do Rio de Janeiro.

Esse mecanismo de conferir uma nova identidade, uma nova percepção da cidade a partir das formas urbanas, alcança o ápice da sua positividade quando alguns desses monumentos ganham projeção à escala internacional, conforme constatamos com a criação do Museu de Arte Contemporânea (MAC).

Inaugurado em setembro de 1996, o MAC foi, desde o início, uma obra polêmica. O seu projeto arquitetônico fora elaborado por um dos principais arquitetos do país, Oscar Niemeyer, cuja obra goza de reconhecimento mundial. A escolha de um arquiteto de renome não fora algo casual, pois, ao mesmo tempo em que projetava o Museu para além dos limites nacionais apenas pela assinatura do seu criador, servia para minimizar as críticas ora levantadas por uma resistente oposição que ousava contrapor-se ao projeto. Segundo o poder público municipal:

“O projeto arquitetônico do museu, de Oscar Niemeyer, foi concebido plasticamente para integrar o panorama histórico da Baía de Guanabara, tendo de um lado o Pão de Açúcar e o Corcovado e, de outro, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. Sua construção, ‘um apoio central e a arquitetura solta no espaço como uma flor,’ atrai visitantes de toda parte do país e do exterior” (Prefeitura de Niterói, 1999a, p.288).

Terminada a obra, a própria forma monumental do museu incumbiu-se de conferir uma nova representação da cidade. Criticado ou não, o Museu de Arte Contemporânea - com a forma que lembra um disco voador pousado sobre um promontório ou uma flor em forma de cálice debruçando-se sobre o mar - jamais passaria despercebido a um observador menos atento. Estampando o signo da modernidade, tão logo foi incorporado pelo poder público como novo símbolo da cidade, substituindo a velha imagem da estátua de Araribóia ou da pedra do Índio. O grau de positividade alcançado junto à população foi surpreendente - sobretudo entre a camada mais abastada.

“Dizer que o Museu de Arte Contemporânea de Niterói é considerado um dos mais belos do mundo já se tornou repetitivo. Falar que o MAC se tornou o novo símbolo da cidade, nem precisa. Mas não é só isso. Além de ter sido eleito como uma das sete maravilhas do mundo moderno, a obra projetada pelo mestre Oscar Niemeyer vem sendo tema de reportagens em veículos do mundo inteiro, como as revistas Art News, Construire, Elle, Vogue, o jornal The New York Times e as emissoras de televisão BBC de Londres e RTP de Portugal” (Folha de Niterói, 06 – 12/10/2000).

A difusão dos prêmios e do reconhecimento internacional obtido pelo MAC teve um grande impacto à escala local, enchendo de orgulho os habitantes da cidade, difundindo o discurso dominante de bem-estar social e qualidade de vida e, ainda, conferindo uma expressiva visibilidade do grupo ora no poder. Alvarez (1991, p.18), ao comentar a publicidade estampada nestas obras, observa que:

"A arquitetura monumental observada deste ângulo constitui a eloquência

muda do poder, pois a construção de tais prédios e as intervenções geográficas implicam a visualização da hegemonia de um grupo, e de seu conseqüente direito a falar, a comunicar-se".

Daí compreende-se o apreço às formas urbanas pelos gestores públicos municipais. O exercício do poder e a sua freqüente associação com estas formas, estampadas nos diversos materiais publicitários do grupo à frente da Prefeitura, serve, assim, para a busca da consensualidade com a efetiva afirmação deste poder.

Porém, um observador mais atento há de perceber a existência de grutas na base do promontório que sustenta o museu. O paradoxo estabelecido entre a modernidade do MAC e o fato de grutas pré-históricas servirem, em pleno século XXI, de moradia a seres humanos, denota o caráter das políticas de ordenamento territorial urbano em Niterói e as condições desiguais em que se processam os desejos da nossa sociedade.

Considerações Finais

Procuramos demonstrar neste trabalho como o poder público municipal, a partir da afirmação dos discursos sobre a cidade, conseguiu legitimar a sua política de ordenamento territorial.

A seleção de dados estatísticos, a veiculação dos aspectos positivos da cidade e a preocupação com as formas urbanas foram importantes elementos geradores desse modelo de ordenamento articulado para a conquista do consenso. Contudo, o sucesso dessa política não se explica apenas pelo empenho do Estado. Algumas condições objetivas estavam expressas no final da década de 80, de modo que o trabalho de re-apresentação da cidade pelos gestores municipais tornou-se mais que uma necessidade para a afirmação do poder, mas correspondeu também a um desejo coletivo de cidade, ou seja, a busca pelos seus "cidadãos" de novos valores e atributos positivos que permitissem a sua identificação com a cidade.

A representação é o mecanismo capaz de conferir identidades. A cidade "moderna" tornou-se o cenário onde os atores sociais transformam o mito em realidade. Onde a "qualidade de vida" pode ser quantificada e se transforma em sonho de consumo incorporado aos desejos das camadas mais abastadas da sociedade brasileira.

Podemos afirmar, desse modo, que a administração pública municipal orchestra atualmente uma política de ordenamento territorial baseada no desejo de uma nova imagem de cidade. Uma das finalidades dessa política é a conquista do 1º lugar em qualidade de vida entre as cidades com mais de 100.000 habitantes do país. A concretização desse objetivo dotaria a cidade de um diferencial frente às outras cidades brasileiras, permitindo uma maior visibilidade de Niterói no cenário nacional e, por conseguinte, de sua administração. Mais do que isso, permitiria à cidade escapar do seu discurso fundante que ao mesmo tempo em que justificou a sua criação, a condenou, em virtude de sua proximidade locacional, a ser uma mera "sombra" da sua co-irmã da margem ocidental da baía da Guanabara. Seus papéis foram historicamente delineados para servir como proteção, aporte de serviços e periferia metropolitana imediata da antiga capital federal – e nesse contexto, uma alternativa à ampliação da segregação sócio-espacial para além dos limites do município do Rio de Janeiro. Assim, tornou-se uma cidade complementar, mesmo no período em que foi sede do antigo estado do Rio de Janeiro.

Porém, se nos prendermos à leitura do território e do que lhe é inerente, como as relações de poder que - não custa lembrar - numa sociedade capitalista são, sobretudo, relações de classe, perceberemos que a afamada "qualidade de vida" não poderia estar acessível a todos, mas tão somente à população de mais alta renda. Da mesma forma que o ilusório e nefasto

discurso da “cidadania para todos”, não é possível haver “qualidade de vida para todos” numa sociedade de extremos. Onde os desejos de uns são completamente alheios às necessidades objetivas da maioria da população. Para concluirmos de fato, gostaríamos de frisar que, desde o início, a nossa intenção neste trabalho não se reduziu a discutir se Niterói possui qualidade de vida ou não. A cidade, pelo fato de ter sido, por mais de um século, capital de um estado e ter sediado toda uma infra-estrutura administrativa até bem pouco tempo, conserva índices e indicadores que são realmente superiores a maior parte das cidades brasileiras. O sentido deste trabalho em relação à “qualidade de vida”, foi o de precisar como este discurso se insere na lógica de ordenamento territorial pautada pelos gestores municipais, aliado à produção de uma imagem de cidade para o capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Maurício. Arquitetura monumental e vontade de potência. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes, 1991.

AZEVEDO, Marlice Nazareth S. Niterói Urbano: a construção do espaço da cidade. In: MARTINS, Ismênia L. KNAUSS, Paulo (org.). Cidade Múltipla: temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

BRASILEIRO, Ana Maria. A Fusão: Análise de Uma Política Pública. Brasília: IPEA, 1979.

CARVALHO, Marcos César A. Niterói: A Construção de Uma Imagem de “Cidade da Qualidade de Vida”. 2001. Dissertação de mestrado – Departamento de Geografia, UFF.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FOLHA DE NITERÓI – Edição de 23 a 29-06-2000.

GARCIA, Fernanda & RIBEIRO, Ana Clara. City Marketing a nova face da gestão da cidade no final do século. In: GARCIA, Fernanda. Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

INSTITUTO PÓLIS. Revista Pólis: nº 21, 1995.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LESSA, Luiz Carlos. Araribóia, o cobra da tempestade: romance histórico ambientado no Brasil do século XVI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

MARTINS, Ismênia de Lima. Niterói Histórico: a historiografia da cidade. In: MARTINS, Ismênia L. KNAUSS, Paulo (org.). Cidade Múltipla: temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

OLIVEIRA, Márcio. Rio de Janeiro: Cidade e cidadania em questão. 1999. Tese de doutoramento - Departamento de Geografia, USP.

PREFEITURA DE NITERÓI. Niterói: Informações Básicas. Niterói: Consultoria Especial de Ciência e Tecnologia, 1994.

_____. Niterói: Bairros. Niterói: Consultoria Especial de Ciência e Tecnologia, 1996a.

_____. Niterói em Dados: Quadros Comparativos - Indicadores - Índices. Niterói: Consultoria Especial de Ciência e Tecnologia, 1996b.

_____. Niterói: Perfil de Uma Cidade. Niterói: Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, 1999a.

_____. Niterói Dados de Referência II. Niterói: Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, 1999b.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SOUZA, Marcelo José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. et alli (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WIEFELS, Marli Cigagna. La Dynamique de L'Espace Urbain de Niterói, État de Rio de Janeiro. 2001. Tese de doutoramento - Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle.

NOTAS

1. Artigo baseado em Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração: Ordenamento Territorial, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em abril de 2001: "Niterói: A Construção de Uma Imagem de Cidade da Qualidade de Vida", sob a orientação do Prof. Márcio de Oliveira.

2. Tais discursos são recorrentes nos materiais publicitários da Prefeitura Municipal, sendo bastante difundidos também através de declarações oficiais na mídia.

3. Segundo a Revista Pólis, que apurou a qualidade de vida das cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, Niterói, pelos dados obtidos com o Censo do IBGE – 1991, ocuparia o 4º lugar em qualidade de vida no país, enquanto a cidade do Rio de Janeiro estaria em 18º lugar.

4. Para uma melhor compreensão acerca dos reflexos da crise econômica brasileira sobre o município de Niterói e, em particular, os efeitos da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro sobre a economia, a política e a sociedade niteroiense, vale a pena consultar os trabalhos de BRASILEIRO, Ana Maria. A Fusão: Análise de Uma Política Pública. Brasília: IPEA, 1979 e CARVALHO, Marcos César A. Niterói: A Construção de Uma Imagem de Cidade da Qualidade de Vida (capítulo 2: As condições objetivas de refundação da cidade: os reflexos da fusão e da crise econômica sobre Niterói). 2001. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, UFF.

5. Jorge Roberto Silveira encontra-se no seu terceiro mandato como prefeito: 1989 - 1992, 1997 - 2000 e o atual, com previsão de término em 31/12/2004. Ostentando, na história política da cidade, o título de prefeito que mais tempo ficou no poder. Já o arquiteto João Sampaio fora secretário de urbanismo na primeira gestão de JRS antes de ser eleito para o mandato de 1993 – 1996. Juntos, somam, até o presente, 12 anos de administração do PDT na cidade.